

LUCRO LÍQUIDO ATINGE R\$ 200,5 MILHÕES NO 2T11

São Paulo, 15 de agosto de 2011 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 2º trimestre de 2011. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- A **receita operacional líquida** atingiu R\$ 690,7 milhões no 2T11, o que representa aumento de 13,8% frente ao 1T11 (R\$ 607,0 milhões) e 37,3% quando comparada ao 2T10 (R\$ 503,1 milhões);
- **EBITDA** alcançou R\$ 333,4 milhões no 2T11, crescimento de 5,1% frente ao 1T11 (R\$ 317,2 milhões) e 22,2% frente ao 2T10 (R\$ 272,8 milhões);
- Realizado, no 2º trimestre de 2011, o pagamento aos acionistas na forma de **dividendos e juros sobre o capital próprio** no montante de **R\$ 247,0 milhões**, correspondente à **R\$ 1,63** por ação de ambas as espécies;
- **1ª Emissão de NPs da Subsidiária IEMadeira**: Em maio de 2011, a controlada IEMadeira emitiu Notas Promissórias no valor R\$ 180,0 milhões, série única e vencimento em setembro de 2011 ao custo de CDI + 0,4% ao ano.
- **1ª Emissão de NPs da Subsidiária Serra do Japi**: Em abril de 2011, a controlada Serra do Japi emitiu Notas Promissórias no valor R\$ 70,0 milhões, série única e vencimento em julho de 2011 ao custo de CDI + 0,3% ao ano.
- **Volume de ADRs**: O volume dos *American Depositary Receipts* – ADRs alcançou US\$ 68,7 milhões no 2T11.

Principais Indicadores

(R\$ mil)	2T11	1T11	2T10	Var % 2T11/1T11	Var % 2T11/2T10
Receita Líquida	690.735	607.039	503.082	13,8%	37,3%
EBITDA	333.427	317.172	281.248	5,1%	18,6%
Margem EBITDA	48,3%	52,2%	55,9%	-4,0 p.p	-7,6 p.p
Lucro Líquido	200.505	205.844	190.594	-2,6%	5,2%
Margem Líquida	29,0%	33,9%	37,9%	-4,9 p.p.	-8,9 p.p
Lucro por Ação	1,32	1,36	1,26	-2,6%	5,2%

Sobre a CTEEP

Transmitir energia elétrica, com qualidade e eficiência. Esse é o negócio da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil.

Através de sua rede – formada por 12.316 km de linhas, 18.795 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 105 subestações com tensão de até 550 kV – trafegam 30% da energia elétrica produzida no Brasil e 60% da energia consumida na região Sudeste.

Com capacidade instalada de 44.431 MVA (Mega Volt Ampère), a CTEEP está presente, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí.

A CTEEP possui participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e na Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste).

Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, que detém 89,40% das ações ordinárias, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e 61 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na Bovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

Relações com Investidores

Marcio Lopes Almeida

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ri@ctEEP.com.br

Thiago Lopes da Silva

Analista Sênior de Relações com Investidores

tlsilva@ctEEP.com.br

Tel: (11) 3138-7557

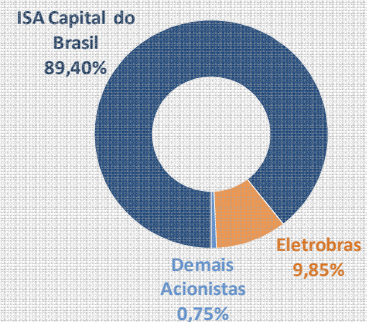
Assessoria de Imprensa:

Mariana Bertolini - CDI Comunicação Corporativa

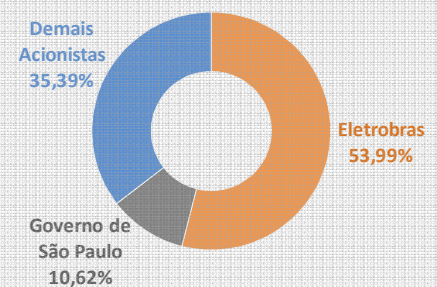
mariana@cdicom.com.br

Tel: (55 11) 3817-7913

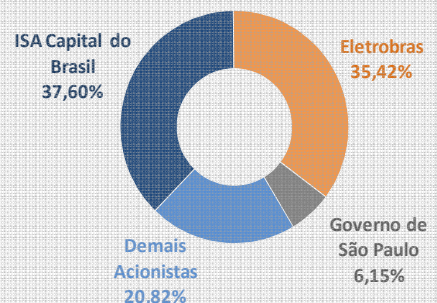
Ações Ordinárias - TRPL3 (42% do total)



Ações Preferenciais - TRPL4 (58% do total)



Capital Social Total



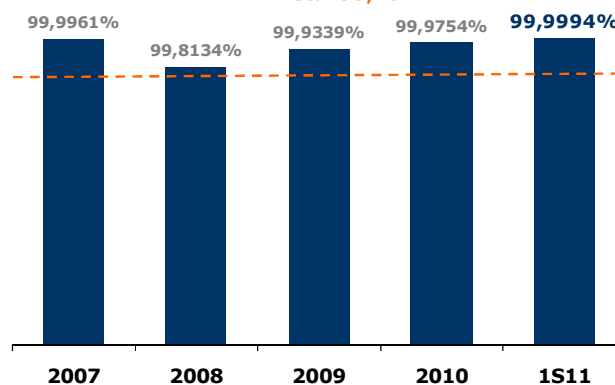
Desempenho Operacional

- **Excelência Operacional**

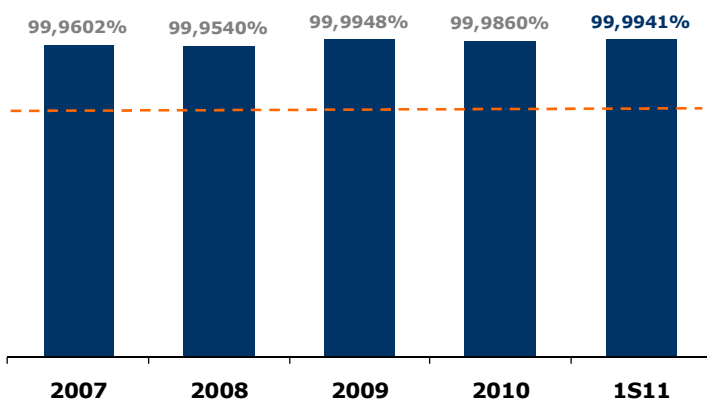
A receita operacional da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia de 2007 ao 1S11:

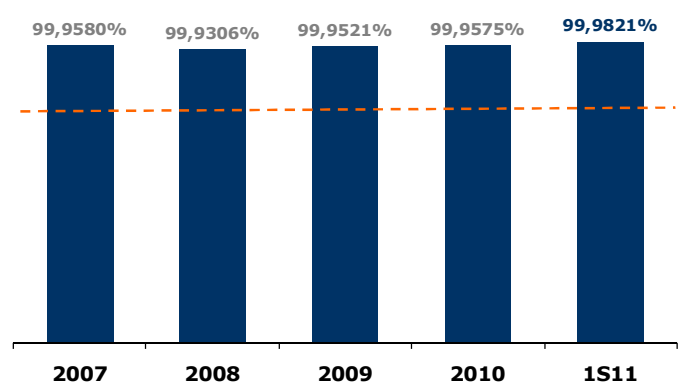
Linhas de Transmissão 18.795 Km de circuito Meta: 99,75%



Reatores 79 em operação Meta: 99,55%



Transformadores 542 em operação Meta: 99,50%



Efeitos da adoção do IFRS e dos pronunciamentos do CPC

▪ Efeito nas demonstrações financeiras

A seguir apresentamos a conciliação entre as informações trimestrais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis atuais e as anteriores, denominadas "BR GAAP (pró-forma)":

	30 de junho de 2011			31 de março de 2011		
	BR GAAP	Efeito da transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito da transição para as IFRS	IFRS
Ativo (R\$ mil)	30 de junho de 2011			31 de março de 2011		
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	217.196	0	217.196	54.983	0	54.983
Contas a Receber	272.418	1.053.937	1.326.355	244.524	1.179.866	1.424.390
Estoques	47.663	0	47.663	44.791	0	44.791
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	24.360	0	24.360	22.938	0	22.938
Tributos e contribuições a compensar	11.224	0	11.224	11.230	0	11.230
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	(28.832)	0	28.832	(28.832)	0
Imposto Diferidos	32.039	(32.039)	0	32.575	(32.575)	0
Despesas pagas antecipadamente	7.923	536	8.459	1.876	735	2.611
Outros	56.032	0	56.032	35.848	(46)	35.802
	697.687	993.602	1.691.289	477.597	1.119.148	1.596.745
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Contas a Receber	0	4.804.728	4.804.728	978	4.224.331	4.225.309
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	730.583	0	730.583	681.129	0	681.129
Benefício Fiscal - ágio incorporado	104.663	28.832	133.495	119.079	28.832	147.911
Impostos Diferidos	62.569	(16.567)	46.002	62.171	(34.121)	28.050
Cauções e Depósitos Vinculados	45.298	0	45.298	42.248	0	42.248
Estoques	0	178.940	178.940	0	184.264	184.264
Outros	8.874	0	8.874	6.624	0	6.624
	951.987	4.995.933	5.947.920	912.229	4.403.306	5.315.535
Imobilizado	5.676.778	(5.667.833)	8.945	5.254.978	(5.245.784)	9.194
Intangível	74.655	(64.011)	10.644	70.066	(60.122)	9.944
	5.751.433	(5.731.844)	19.589	5.325.044	(5.305.906)	19.138
Total do Ativo	7.401.107	257.691	7.658.798	6.714.870	216.548	6.931.418
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30 de junho de 2011			31 de março de 2011		
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	753.729	1.261	754.990	332.413	0	332.413
Debêntures	1.966	0	1.966	2.154	0	2.154
Fornecedores	97.366	0	97.366	93.964	0	93.964
Tributos e Encargos sociais a recolher	76.806	0	76.806	88.745	0	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	11.698	0	11.698	10.353	0	10.353
Encargos Regulatórios	53.244	0	53.244	49.559	0	49.559
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	246.693	0	246.693	193.822	0	193.822
Provisões	22.174	0	22.174	22.662	0	22.662
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.818	0	5.818	6.503	0	6.503
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	233	(233)	0	207	(207)	0
Outros	34.491	(1.065)	33.426	13.874	0	13.874
	1.304.218	(37)	1.304.181	814.256	(207)	814.049
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e Financiamentos	790.225	(786)	789.439	540.032	0	540.032
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	144.281	0	144.281	144.964	0	144.964
PIS e COFINS diferidos	0	164.406	164.406	0	117.632	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.439	447	19.886	19.539	(10.187)	9.352
Encargos Regulatórios	2.174	0	2.174	2.174	0	2.174
Provisão para Contingências	158.893	0	158.893	161.688	0	161.688
Debêntures	551.657	0	551.657	553.639	0	553.639
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	0	24.053	24.053	0	24.053
Deságio	16.060	(16.060)	0	0	0	0
Outros	38	0	38	0	0	0
	1.706.820	148.007	1.854.827	1.446.089	107.445	1.553.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	1.119.911	0	1.119.911	1.119.911	0	1.119.911
Reservas de Capital	2.231.113	0	2.231.113	2.231.113	0	2.231.113
Reservas de Lucros	903.682	109.300	1.012.982	904.824	109.300	1.014.124
Lucros acumulados	118.409	421	118.830	0	0	0
Proposta de distribuição de dividendo adicional	0	0	0	198.011	10	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.954	0	16.954	666	0	666
	4.390.069	109.721	4.499.790	4.454.525	109.310	4.563.835
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.401.107	257.691	7.658.798	6.714.870	216.548	6.931.418

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em milhares de reais)

	2T11			2T10		
	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Receita Operacional Líquida	447.504	243.231	690.735	409.247	93.835	503.082
Custo dos serviços de operação	(114.282)	(205.837)	(320.119)	(102.547)	(92.307)	(194.854)
Lucro Bruto	333.222	37.394	370.616	306.700	1.528	308.228
(Despesas) receitas operacionais						
Gerais e administrativas	(38.094)	824	(37.270)	(21.926)	(4.989)	(26.915)
Honorários da administração	(1.314)	(244)	(1.558)	(1.195)	(340)	(1.535)
Despesas financeiras	(42.900)	(18.853)	(61.753)	(35.238)	(3.159)	(38.397)
Receitas financeiras	6.347	1.657	8.004	12.312	293	12.605
Outras despesas, líquidas	(5.711)	(28.490)	(34.201)	(324)	(4.246)	(4.570)
Lucro operacional	251.550	(7.712)	243.838	260.329	(10.913)	249.416
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(54.638)	-	(54.638)	(65.590)	-	(65.590)
Diferido	2.187	9.118	11.305	2.105	4.663	6.768
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	199.099	1.406	200.505	196.844	(6.250)	190.594
Lucro líquido do exercício	199.099	1.406	200.505	196.844	(6.250)	190.594

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(em milhares de reais)

	1S11			1S10		
	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	513.906	(477.782)	36.124	710.284	(283.837)	426.447
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(496.660)	479.957	(16.703)	(285.443)	283.837	(1.606)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	144.968	(2.175)	142.793	(129.523)	-	(129.523)

▪ Descrição dos ajustes

A seguir, apresentamos descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- ✓ o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- ✓ o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. A remuneração recebida ou a receber deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, **sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução**. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluída como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente para as concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros, sendo recalculados os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009

(início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP,

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando à maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (CPC 04)

O benefício fiscal – ágio incorporado da controladora, anteriormente apresentado no ativo circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

Adicionalmente, conforme estabelecido pelo CPC 26, os impostos diferidos originalmente apresentados no ativo circulante foram reclassificados para o ativo não circulante.

Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08)

Essa interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras como definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Benefícios a empregados - Fundação CESP (CPC 33)

Esse pronunciamento fornece orientação sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

Os cálculos atuariais dos planos de pensão e aposentadoria patrocinados pela Companhia apresentam, desde o exercício de 2008, superávit que, uma vez que utilizam o método do “corredor”, geram ganhos não reconhecidos. Contudo, o ganho apurado não é superior ao limite de restrição ao reconhecimento do ativo (“asset ceiling”) estabelecido pelo CPC 33 (IAS 19).

Deságio (ICPC 09)

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. Conforme ICPC 09, o deságio foi registrado nos lucros acumulados como compra vantajosa.

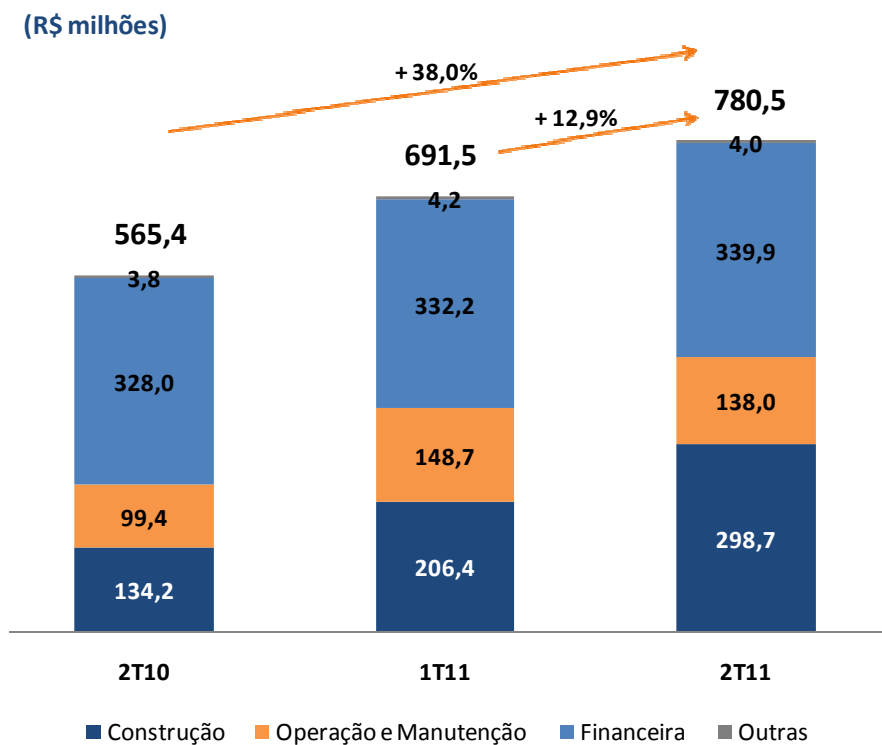
Desempenho Econômico-Financeiro

Reconhecimento da Receita

Em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta aumentou 12,9% no trimestre atingindo R\$ 780,5 milhões no 2T11 e 38,0% quando comparada ao 2T10, em decorrência, substancialmente do aumento de 122,6% das receitas de construção, de 38,8% das receitas de operação e manutenção e de 3,6% das receitas financeiras nos últimos 12 meses.



Receita de serviços de Construção e Operação e Manutenção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Construção totalizaram R\$ 298,7 milhões no 2T11, comparada com R\$ 134,2 milhões do 2T10 e R\$ 206,4 milhões no 1T11, em decorrência do avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira, bem como das obras de reforços e ampliações da CTEEP, compensado pela conclusão das obras da IENNE e entrada parcial em operação das controladas IESUL e Pinheiros.

As Receitas de Operação e Manutenção totalizaram R\$ 138 milhões no 2T11, comparada com R\$ 99,4 milhões no 2T10 e R\$ 148,7 milhões no 1T11, refletindo o complemento da provisão para o segundo ciclo de revisão tarifária periódica da CTEEP ocorrido, em parte, no 2T10.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a **taxa de juros efetiva** aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

No 2T11 as Receitas Financeiras somaram R\$ 339,9 milhões, comparada com R\$ 328 milhões no 2T10 e R\$ 332,2 milhões no 1T11, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber.

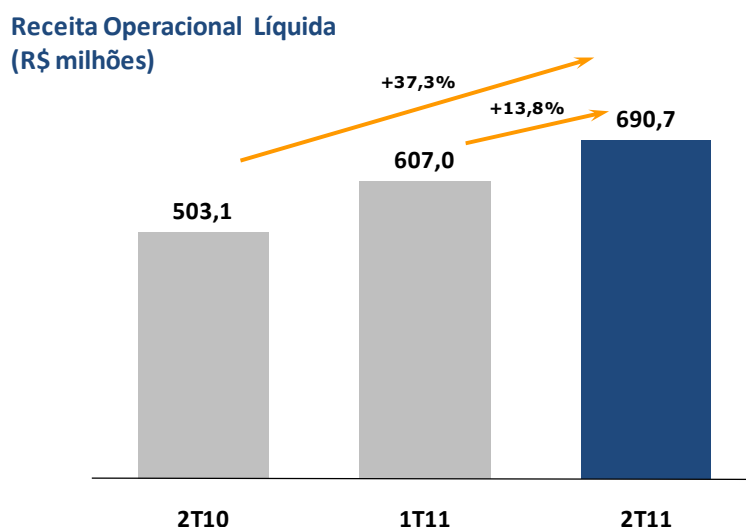
Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

▪ Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional aumentaram 6,3% no trimestre e 43,9% nos últimos 12 meses, atingindo R\$ 89,7 milhões no 2T11 contra R\$ 84,6 milhões no 1T11 e R\$ 62,3 milhões no 1T10, devido ao aumento, verificado nos últimos 12 meses, de 22,3% nos encargos regulatórios, decorrente, substancialmente, do aumento de tarifa do CCC, combinado com 64,3% dos impostos sobre a receita, que reflete o crescimento da receita operacional.

▪ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 13,8% no trimestre, somando R\$ 690,7 milhões frente aos R\$ 607,0 milhões do 1T11. Nos últimos 12 meses o crescimento representa 37,3%, quando reportou R\$ 503,1 milhões no 2T10.



■ Custos dos Serviços da Operação e Despesas Operacionais

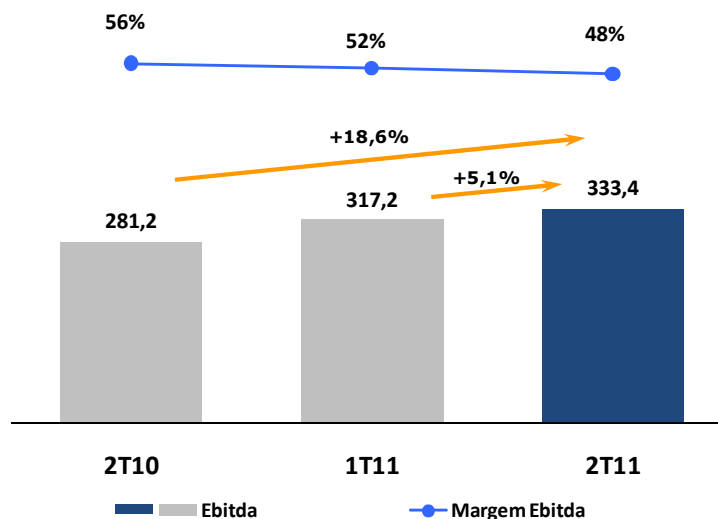
Os custos de construção e de operação e manutenção tiveram aumento de 40,4% frente ao primeiro trimestre de 2011 e de 60,7% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 358,9 milhões no 2T11 frente aos R\$ 255,7 milhões do 1T11 e aos R\$ 223,3 milhões no 2T10. Essa variação decorre, substancialmente, do aumento de 174% dos gastos com materiais, refletindo o avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira bem como das obras de reforços e ampliação da CTEEP nos últimos 12 meses.

Outras despesas operacionais referem-se, substancialmente, à perda decorrente da reavaliação justa dos ativos quando da aquisição de controle da IEMG (nota 10 (b) do ITR), no montante de R\$ 28,5 milhões e à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 8 do ITR), no montante de R\$ 14,4 milhões.

■ EBITDA e Margem EBITDA

No 2T11 a margem EBITDA foi de 48,3%, totalizando R\$ 333,4 milhões, crescimento de 5,1% em comparação ao 1T11 e de 18,6% frente ao mesmo período de 2010, quando o EBITDA atingiu R\$ 317,2 milhões e R\$ 281,2 milhões respectivamente.

Ebitda (R\$ milhões)
e Margem Ebitda (%)



■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 53,7 milhões no 2T11 apresentando aumento de 44,2% em relação ao 1T11 e 108,4% frente ao mesmo período de 2010 quando registrou uma despesa de R\$ 37,2 milhões e R\$ 25,7 milhões respectivamente. O efeito dos juros sobre capital próprio sobre as despesas financeiras já está desconsiderado para efeito do cálculo do resultado financeiro.

▪ Imposto de Renda e Contribuição Social

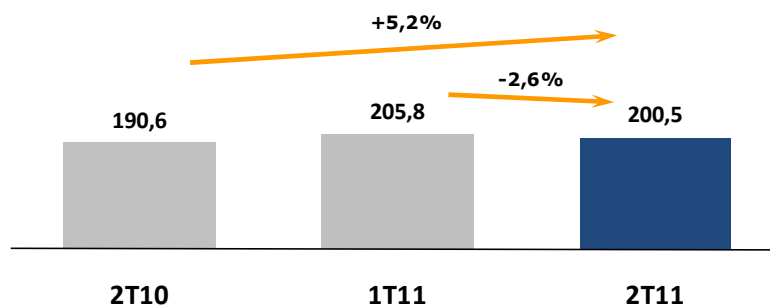
As despesas com imposto de renda e contribuição social diminuíram 26,3% nos últimos 12 meses somando R\$ 43,3 milhões no 2T11 contra R\$ 58,8 milhões no 2T10, em relação ao 1T11 a redução foi de 34,5%. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 24% no 2T11 comparado com 31,5% no 2T10 e 32,1% no 1T11.

▪ Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do 2T11 totalizou R\$ 200,5 milhões, montante 2,6 % inferior ao 1T11 e 5,2% superior 2T10, quando reportou R\$ 205,8 milhões e R\$ 190,6 milhões respectivamente.

O lucro por ação básico e diluído atingiu R\$ 1,26.

Lucro Líquido
(R\$ milhões)



Estrutura de Capital

Composição do Endividamento no 2T11 (R\$ mil)

A dívida bruta consolidada em 30 de junho de 2011 somou R\$ 2.098,0 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, R\$ 1.007,1 milhões (48,0%) estavam vinculados a contratos de empréstimo junto ao BNDES.

Ao final do 2T11, a **dívida líquida** era de R\$ 1.880,8 milhões.

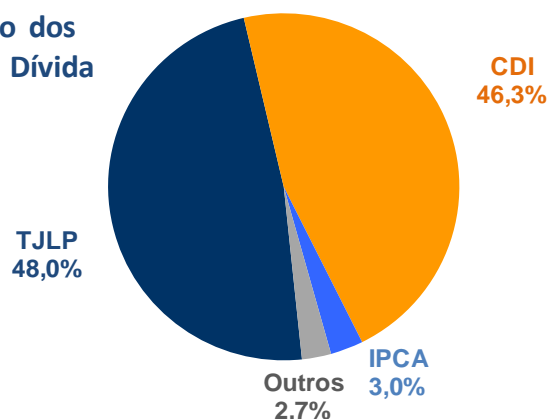
O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final do 2T11, atingiu 41,8%.

(R\$ milhões)

FONTES	ENCARGOS	VENCIMENTOS	2T11	1T11
BNDES				
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/6/2015	374.596	397.878
	TJLP + 1,8% ano	15/6/2015	224.767	151.709
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/4/2023	60.160	61.469
IEMADEIRA	TJLP + 2,8% ano	15/1/2012	215.791	192.784
IESUL	TJLP + 2,4% ano	15/5/2025	9.052	9.616
PINHEIROS	TJLP + 2,6% ano	15/5/2026	122.777	93.350
Notas Promissórias				
4ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	12/1/2012	210.397	204.438
IEMadeira	CDI + 0,4% ano	15/9/2011	93.079	-
Serra do Japi	CDI + 0,3% ano	27/7/2011	71.470	-
Debêntures				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/2014	490.496	505.217
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/2017	63.127	68.141
Bancos				
CTEEP	103,50% do CDI ano	26/4/2013	102.631	-
IENNE	CDI + 2,0% ano	-	3.317	3.688
	10% ano*	19/5/2030	55.000	56.059
Eletrobras	-	15/11/2021	418	429
Arrendamento Mercantil	-	-	974	1.451
TOTAL CONSOLIDADO			2.098.052	1.746.229

*Com o bônus de adimplemento de 1,5% o custo da dívida é de 8,5% ao ano.

Distribuição dos Encargos da Dívida



Notas Promissórias

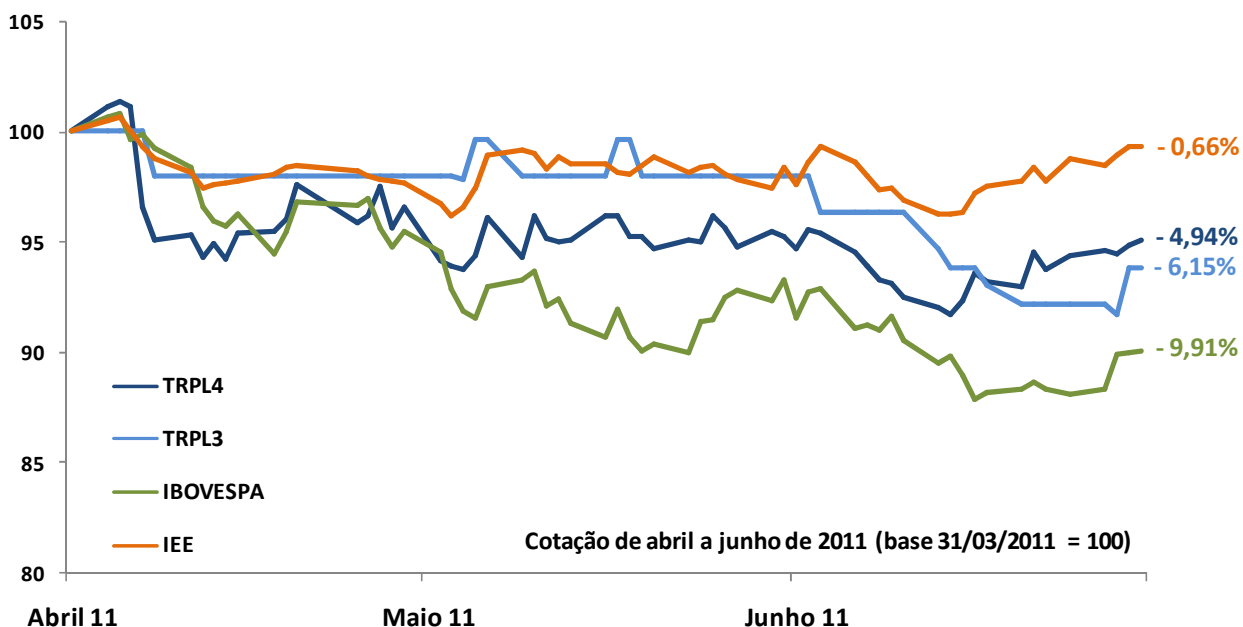
Em maio de 2011 a controlada IEMadeira emitiu notas promissórias, no montante de R\$ 180,0 milhões com vencimento em 15 de setembro de 2011. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 132 mil e, em conformidade com o CPC 08, foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação.

Em abril de 2011, a controlada Serra do Japi emitiu notas promissórias no montante de R\$ 70,0 milhões com vencimento em 27 de julho de 2011. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,3 % a.a.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 2T11 cotadas a R\$ 56,50 e R\$ 50,19, respectivamente, o que representa uma queda de 6,15% e 4,94%, também respectivamente. No mesmo período, o Ibovespa apresentou desvalorização de 9,91% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se 0,66%.

Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP (TRPL4) apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 6,7 milhões, com uma média diária de 685 negócios.

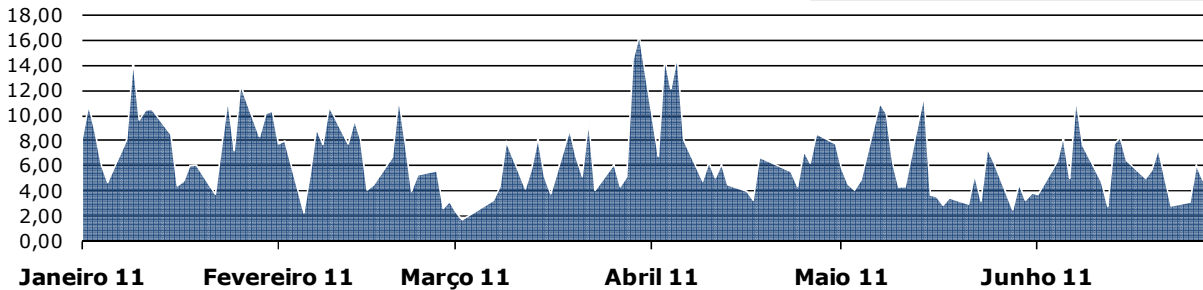


Ao final do exercício social de 2010, o capital social da CTEEP era representado por 151.828.980 ações, das quais 63.860.513 ações ordinárias e 87.968.467 ações preferenciais. A quantidade de negócios no 2T11, com as ações preferenciais da Companhia, atingiu 84,2 mil negócios, e o volume financeiro negociado no trimestre foi de R\$ 825,9 milhões.

Volume Financeiro Negociado - 1S11 (R\$ milhões)

Volume Total R\$ 825,9 milhões

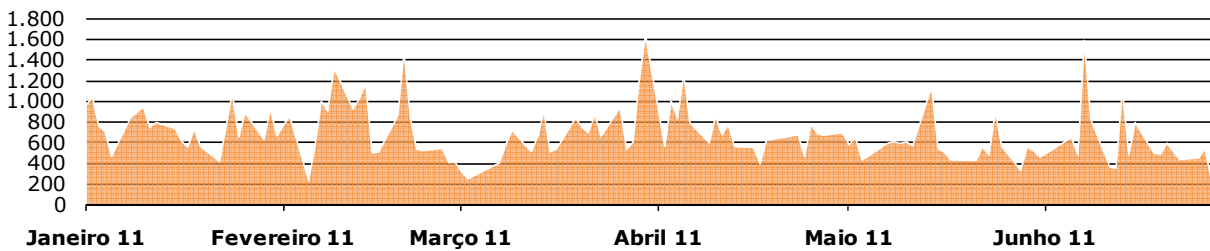
Volume Médio / Dia R\$ 6,7



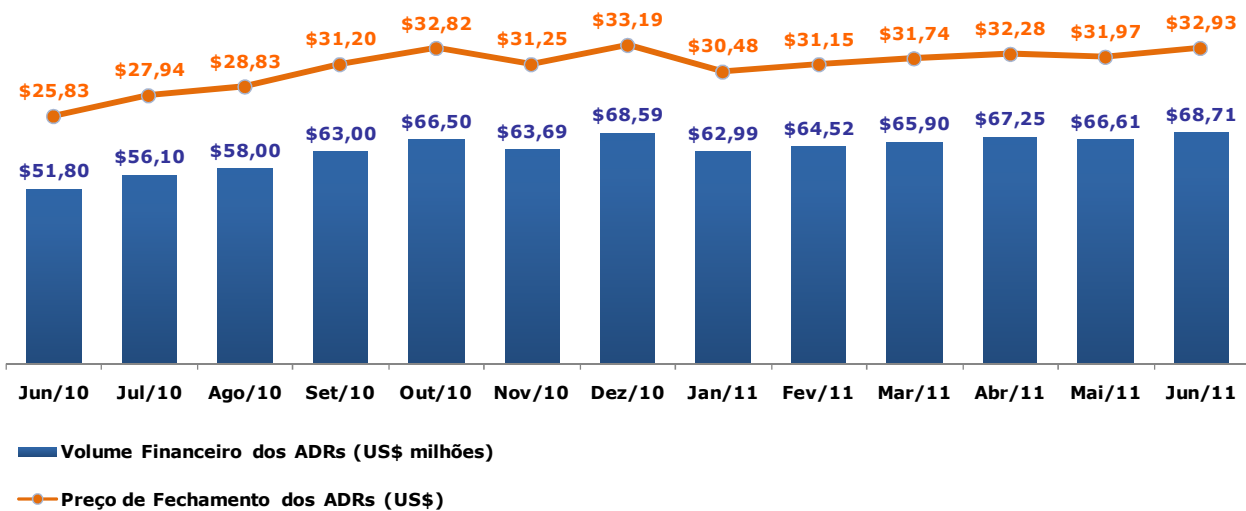
Quantidade de Negócios - 1S11 (unidades)

Quantidade Total de Negócios: 84.243

Média de Negócios / Dia: 685



A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do 2T11, a base acionária da Companhia era composta por 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.086.818 ADRs referentes às ações preferenciais.



Remuneração aos Acionistas

No 2T11, a CTEEP efetuou o pagamento de R\$ 65,6 milhões referentes a Juros sobre o Capital Próprio, correspondentes a R\$ 0,43 por ação de ambas as espécies e R\$ 181,3 milhões referentes a Dividendos, equivalentes a R\$ 1,19 por ação de ambas as espécies.

DELIBERAÇÃO		PROVENTO	REFERÊNCIA	VALORES EM R\$		DATA PGTO
EVENTO	DATA	TIPO	EXERCÍCIO	TOTAL	P/AÇÃO	
RCA	31/3/2011	JCP	2011	65.692.755,70	0,432676	29/04/2011
RCA	31/3/2011	Dividendos	2010	181.307.244,30	1,194154	29/04/2011
TOTAL PAGO NO - 2T11				247.000.000,00	1,626830	

Eventos Subsequentes

▪ Reajuste anual da RAP

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era **de R\$ 1.760,76 milhões** em 01 de julho de 2010, **passou para R\$ 2.008,28 milhões** em 01 de julho de 2011, apresentando um **incremento de R\$ 247,52 milhões, equivalente a 14,1%**.

▪ 5ª Emissão de Notas Promissórias da CTEEP

Em 11 de julho de 2011, ocorreu a 5ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a.

Anexos

▪ Anexo I – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	2T11	1T11
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	562	1.548
Aplicações Financeiras	216.634	161.450
Contas a Receber	1.326.355	1.377.001
Estoques	47.663	44.247
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	24.360	23.840
Tributos e contribuições a recuperar	11.224	10.515
Despesas pagas antecipadamente	8.459	13.953
Outros	56.032	39.307
	1.691.289	1.671.861
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	5.535.311	5.397.918
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-	-
Benefício Fiscal - ágio incorporado	133.495	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.002	29.476
Cauções e Depósitos Vinculados	45.298	-
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
Estoques	178.940	168.401
Outros	8.874	8.453
	5.947.920	5.604.248
Imobilizado	8.945	9.243
Intangível	10.644	9.318
	19.589	18.561
Total do Ativo	7.658.798	7.294.670

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	2T11	1T11
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	754.990	542.475
Debêntures	1.966	16.803
Fornecedores	97.366	78.808
Tributos e Encargos sociais a recolher	76.806	86.765
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	11.698	10.517
Encargos Regulatórios a recolher	53.244	50.903
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	246.693	276.357
Provisões	22.174	15.685
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.818	6.181
Outros	33.426	12.856
	1.304.181	1.097.350
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	789.439	630.396
Debêntures	551.657	556.555
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	144.281	147.262
PIS e COFINS diferidos	164.406	139.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.886	14.035
Encargos Regulatórios a recolher	2.174	2.174
Provisões	158.893	160.017
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053
Outros	38	-
	1.854.827	1.674.009
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	1.119.911	1.119.911
Reservas de Capital	2.248.067	2.231.779
Reservas de Lucros	1.012.982	1.030.256
Lucros/Prejuízos Acumulados	118.830	141.365
	4.499.790	4.523.311
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.658.798	7.294.670

▪ Anexo II – Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

	2T11	1T11	2T10	Var % 2T11x1T11	Var % 2T11x2T10
Receita Operacional Líquida	690.735	607.039	503.082	13,8%	37,3%
Custos dos serviços de operação	(320.119)	(255.737)	(194.854)		
Resultado Bruto	370.616	351.302	308.228		
(Despesas) receitas operacionais	(73.029)	(42.006)	(33.020)	73,9%	121,2%
Honorários da administração	(1.558)	(1.586)	(1.535)		
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(37.270)	(34.068)	(26.915)		
Outras Despesas Operacionais	(35.698)	(7.253)	(7.208)		
Outras Receitas Operacionais	1.497	901	2.638		
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	297.587	309.296	275.208		
Resultado Financeiro	(53.749)	(37.272)	(25.792)	44,2%	108,4%
Receitas Financeiras	8.004	7.586	12.605		
Despesas Financeiras	(61.753)	(44.858)	(38.397)		
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.838	272.024	249.416	-10,4%	-2,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(43.333)	(66.180)	(58.822)	-34,5%	-26,3%
Corrente	(54.638)	(63.593)	(65.590)		
Diferido	11.305	(2.587)	6.768		
Resultado Líquido das Operações Continuadas	200.505	205.844	190.594	-2,6%	5,2%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	200.505	205.844	190.594	-2,6%	5,2%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	200.505	205.844	190.594		
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-		
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	1,3206	1,3558	1,2553	-2,6%	5,2%
Quantidade de Ações (unidades mil)	151.828	151.828	151.828		

▪ Anexo III – Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	1S11	1S10
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.124	426.447
Caixa Gerado nas Operações	566.885	458.347
Lucro Líquido	406.349	397.565
Depreciação e Amortização	3.152	2.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.718)	(23.533)
Provisão para contingências	(2.759)	(10.077)
Valor residual de ativo permanente baixado e doações	14	53
Perda na Variação Part. Controlada	28.490	160
PIS e COFINS Diferidos	39.316	15.750
Amortização de ágio	14.416	14.416
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	86.625	61.080
Variações nos Ativos e Passivos	(530.761)	(31.900)
Clientes	(462.028)	(107.995)
Estoques	2.428	(34.341)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(50.876)	(42.580)
Tributos e contribuições compensáveis	224	161.382
Cauções e depósitos vinculados	(3.050)	1.031
Despesas pagas antecipadamente	(5.849)	(3.919)
Outros	35.235	(18.587)
Fornecedores	2.724	10.309
Tributos e encargos sociais a recolher	(11.988)	(822)
Encargos regulatórios a recolher	3.512	817
Provisões	(538)	(10.714)
Valores a pagar - Fundação Cesp	(685)	(124)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	634	-
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(3.571)	-
Outros	(36.933)	13.643
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(3.594)	(1.606)
Investimentos	(13.109)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(16.703)	(1.606)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adições de empréstimos	705.562	725.852
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(145.243)	(531.533)
Dividendos pagos	(433.814)	(351.872)
Integralização de Capital	16.288	28.030
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	142.793	(129.523)
Varição de Caixa e Equivalentes		
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	162.214	295.318
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.982	43.234
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	217.196	338.552